

COMO SE RECONHECE A SEMIÓTICA COGNITIVA? UMA VIRADA MATERIAL ENTRE ENUNCIÇÃO, NICHOS SEMIÓTICOS E VOZES DO ANTROPOCENO

HOW CAN COGNITIVE SEMIOTICS BE RECOGNIZED? A MATERIAL TURN BETWEEN ENUNCIATION, SEMIOTIC NICHES AND THE VOICES FROM THE ANTHROPOCENE

Claudio PAOLUCCI¹

Resumo: Este artigo traça o perfil de uma nova semiótica cognitiva: uma proposta abrangente para uma virada material nos estudos semióticos a partir do legado de Umberto Eco. Depois ter definido o campo de estudo da maneira de praticar semiótica, identificamos suas três principais marcas distintivas: o enativismo radical, o pragmatismo e a teoria do engajamento material. Revisitando o processo de *sense-making* como uma ocasião para repensar a enunciação, o artigo desenvolve um quadro teórico para analisar o meio ambiente como um mundo de sentido articulado em recortes enciclopédicos, tecido pelas mil vozes do Antropoceno.

Palavras-chave: Semiótica cognitiva. *Sense-making*. Nichos semióticos. Enunciação. Virada Material.

¹ Professor titular na Universidade de Bolonha. E-mail: c.paolucci@unibo.it

Abstract: This article outlines the framework for a new cognitive semiotics – a comprehensive proposal for a material turn in semiotic studies that builds upon Umberto Eco’s legacy. After defining the field of study of this approach to semiotic inquiry, we identify its three main distinctive features: radical enactivism, pragmatism, and the theory of material engagement. By revisiting the process of sense-making as an opportunity to rethink enunciation, the article develops a theoretical framework for analyzing the environment as a world of meaning articulated in encyclopedic fragments, woven by the thousand voices of the Anthropocene.

Keywords: Cognitive Semiotics. Sense-making. Semiotic niches. Enunciation. Material Turn.

| Introdução

A partir do próprio título, a chamada desse dossiê propõe ver as disputas ambientais como uma multiplicidade de vozes que precisam ser estudadas e reunidas em uma assembleia para dar conta dos eventos que marcam o que se chama de “Antropoceno”.

Não se trata de uma visão qualquer da ecologia. Ela ressoa tanto com os trabalhos mais recentes da antropologia sobre o relacionamento com o meio ambiente quanto com as teorias enativistas da cognição. No projeto de pesquisa que Carlo Andrea Tassinari está desenvolvendo nesses últimos anos, *Vozes do Antropoceno. Mapas e modelos pelos conflitos ecológicos*, que dá o nome ao dossiê, essa concepção da ecologia representa um desafio semiótico que aposta numa teoria expandida da enunciação para proporcionar uma melhora na compreensão dos conflitos ecológicos.

De fato, essa linha de pesquisa se baseia em algumas ideias que tentei desenvolver nos meus últimos dois livros, *Persona* (Paolucci, 2020) e *Cognitive Semiotics* (Paolucci, 2021). Neste texto, tentarei resumir brevemente essa nova abordagem da semiótica com a qual estamos trabalhando em Bolonha, inspirando-me, é claro, no trabalho do meu mentor, Umberto Eco, com quem trabalhei por 15 anos, e diz respeito ao que nossas pesquisas são: ao mesmo tempo uma homenagem, uma continuação e uma resposta.

| O que é a semiótica cognitiva?

Começarei com meu segundo livro, *Ognitve Semiotics* (Paolucci 2021), que é uma tentativa, 25 anos depois, de visitar todos os problemas semióticos que foram centrais em *Kant e o Ornitorrinco* de Umberto Eco (2023 [1997]), à luz das descobertas feitas nos últimos anos. Eco definiu tanto a semiótica de Peirce quanto a sua própria como uma “semiótica cognitiva”. Mas em que sentido?

Na minha visão, a semiótica cognitiva não deve ser concebida como um tipo especial de semiótica, como a semiótica da cultura ou a semiótica das artes, mas como uma

tentativa de responder à pergunta: “Como podemos conhecer o mundo por meio dos signos e das linguagens?” Inspiro-me nisso em Umberto Eco e em suas ideias sobre semiótica.

Acho que o tema que abordei de maneira quase obsessiva, ao longo de todo o meu trabalho, é o de como conhecemos o mundo. Talvez isso explique a crescente atenção que dediquei aos universos narrativos: eles constituem um Ersatz, um substituto para o mundo (Eco, 2000, p. 199, tradução própria).

Não quero ser o crítico ou o revisor de mim mesmo, mas pensem nos meus romances: a questão em *O Nome da Rosa* é uma verdade a ser descoberta; *O Pêndulo de Foucault* discute como construir um mundo inexistente; *A Ilha do Dia Anterior* examina um mundo que existe, mas cujos contornos ainda são indefinidos. Meu interesse pelos fenômenos de vanguarda decorre do interesse por uma linguagem que tende a desconstruir e recriar nossa visão de mundo. Meu trabalho em semiótica, no fim, diz respeito ao problema de como nossos signos dão conta daquilo que é ou constroem aquilo que não é (Eco, 2001, p. 616-617, tradução própria).

Como se pode ver, para Eco, a “semiótica cognitiva” não é um tipo de semiótica, mas a vocação da própria semiótica ou, pelo menos, a vocação do tipo que ele praticava. Se a palavra “cognitiva” se refere à questão de “como conhecemos o mundo”, isso explica por que Eco costumava nos dizer – em uma definição que se tornou popular mundialmente – que “a semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado para mentir. [...] Considero que a definição de uma ‘teoria da mentira’ deveria ser tomada como um programa bastante abrangente para uma semiótica geral” (Eco, 1975, p. 8, tradução própria).

Entendo que Eco está errado ao definir a Semiótica como uma “Teoria da Mentira”, pois mentir significa dizer voluntariamente algo que não é verdade (por exemplo, quando Ptolomeu nos disse que a Terra permanecia parada no centro do universo, ele não estava mentindo, ele estava errado). Assim, a primeira coisa que fiz foi transpor a definição de Eco da ideia de signo para a ideia de sistema semiótico; se existe um sistema que torna a mentira possível, então esse sistema é um sistema semiótico. Um sistema é semiótico se permitir engano. Se não permitir, não é um sistema semiótico: esta é a fronteira entre semiótica e não-semiótica.

Isso obviamente não significa que esse sistema seja cultural ou socialmente estabelecido e ignora totalmente a oposição entre natureza e cultura. Um sistema natural pode, com certeza, ser um sistema semiótico. Por exemplo, James Lloyd estudou o caso dos vagalumes “*femmes fatales*” especializados em imitar os sinais de acasalamento de outras espécies de vagalumes, com o objetivo de atrair os machos respondentes para que se tornem suas presas. Esses atos agressivos de mimetismo são um fator crucial para a sobrevivência e reprodução tanto das presas quanto dos predadores. “É um

caso de engano por meio da falsificação ativa de informações que leva a uma predação eficiente por parte dos vagalumes *femmes fatales* e desencadeia processos evolutivos nos comportamentos comunicativos de suas presas” (El-Hani *et al.*, 2009; Sonesson, 2018).

O vagalume traz à tona um mundo por meio do significado e faz isso através da construção de uma superfície significante capaz de mentir (o sinal de acasalamento), “adaptando-se sensivelmente, de maneira característica, às particularidades de suas circunstâncias situadas” (Hutto; Robertson, 2019, p. 6). O vagalume sintoniza-se com a imagem do outro para enganar e faz isso com base em “tendências de se comportar de maneira semelhante em circunstâncias similares no futuro” (Peirce, 1958, p. 5.487), ou seja, ele faz isso baseado em hábitos.

Este é um ponto crucial para minha semiótica. De fato, a semiótica cognitiva – entendida como uma teoria de sistemas que permitem o engano – é baseada em três princípios que irei explicar brevemente.

| Os três princípios da semiótica cognitiva

A partir da definição de Eco, podemos indicar claramente três princípios que fundamentam a semiótica cognitiva e nossa concepção dela:

- **Enativismo Radical** (o significado não é pensado como um conteúdo que representa o mundo de determinada maneira);
- **Pragmatismo** (o significado é identificado com hábitos e com a construção de sentido);
- **Teoria do Engajamento Material** (Mente Estendida/Sinal Enativo/Agência Material).

Então, por que a Semiótica é enativa? O enativismo defende que a cognição e o pensamento não são algo que temos em nossas cabeças, mas emergem do acoplamento com o ambiente. A relação com o ambiente vem primeiro (e é por isso que o trabalho de Tassinari sobre o Antropoceno se alinha à minha abordagem da semiótica cognitiva): dependemos totalmente de nossos ambientes (morreríamos em poucos dias sem o ambiente), e a primeira coisa que fazemos é construir nossa falsa independência do ambiente, algo que os enativistas chamam de “adaptatividade”.

Então, qual é a ideia principal do enativismo? A ideia principal é que a cognição, por meio de signos e sistemas semióticos, não serve para representar o mundo, mas sim como um meio de agir no mundo de maneira eficaz. Isso representa uma verdadeira mudança de paradigma em comparação com as ciências cognitivas tradicionais, nas quais a cognição era vista como representações computadas em nossas cabeças e a ação era considerada o resultado da cognição. Isso está errado: a cognição é uma

forma de ação mediada utilizada para agir no mundo de maneira eficaz (considerem-se os vagalumes: eles constroem um sistema semiótico para agir no mundo de forma eficiente, não para construir uma representação verdadeira do mundo). Daí a natureza “anti-representacional” da semiótica cognitiva. A cognição é uma forma de ação eficaz e, para que a ação seja eficaz, é necessário saber como construir superfícies significativas que possam ser utilizadas para mentir.

Se a cognição, mais do que representar o mundo, deve trazer o mundo à tona por meio do significado, e os significados não são representações do mundo, então o que são os significados? O que é significado para a semiótica cognitiva? Aqui chegamos ao nosso segundo ponto: a semiótica cognitiva é enativista e pragmatista, pois os significados são hábitos e atividades de construção de sentido. Como se sabe, a identificação de significado e hábito é o cerne do pragmatismo de Peirce. Conforme atesta a passagem a seguir...

Para desenvolver o significado de algo, devemos, portanto, simplesmente determinar quais hábitos ele produz, pois o que algo significa é simplesmente os hábitos que ele envolve. Agora, a identidade de um hábito depende de como ele pode nos levar a agir, não apenas sob circunstâncias prováveis, mas sob aquelas que poderiam possivelmente ocorrer, não importa o quão improváveis sejam. O que o hábito é depende de quando e como ele nos leva a agir. [...] Assim, chegamos ao que é tangível e concebivelmente prático, como a raiz de toda distinção real do pensamento, não importa o quão sutil possa ser; e não há distinção de significado tão fina que não consista em nada mais do que uma possível diferença de prática. [...] O pensamento é uma ação e consiste em uma relação (Peirce, 1958, p. 5.399-5.400).

Observa-se que o pensamento é uma ação; a ação não é o resultado do pensamento, a ação é o pensamento. Pensamos através da ação: sabe-se muito bem que se é melhor em matemática com papel e caneta e que se pensa de forma mais eficiente se se puder tomar notas. Temos centenas de casos como esse vindos da ciência cognitiva. Isso abre caminho para nosso terceiro ponto: a semiótica cognitiva está ligada à Teoria do Engajamento Material, conforme delineado por Lambros Malafouris (2013) a partir do trabalho de Andy Clark (2008, 2010) e Bruno Latour (2001, 2005).

Nos últimos anos, defendi uma “Virada Material” na Semiótica. Então, por que a semiótica deveria adotar um “giro material” capaz de desafiar dois pilares históricos da disciplina: i) o texto como objeto da Semiótica e ii) a independência da “forma” em relação à “substância”?

Porque, partindo das ideias do enativismo, que afirma que os seres humanos estão fundamentalmente acoplados aos seus ambientes, em vez de perguntar sobre o papel do artefato na sociedade, ou como ele pode ter sido usado, ou qual significado ele poderia ter dentro de uma cultura específica, na minha opinião deveríamos perguntar

sobre as maneiras pelas quais o artefato pode ter estruturado a cognição humana ou expandido e aprimorado as possibilidades das tarefas cognitivas. É por isso que defendo uma “virada material” na Semiótica: textos, línguas e sistemas semióticos estruturam a maneira como os humanos conhecem o mundo e moldam o pano de fundo de nossa percepção do ambiente. Assim, estudar textos e linguagens que estruturam e expressam o pensamento significa estudar a cognição e a maneira como pensamos de uma forma profunda e não trivial.

| Sense-making e nichos semióticos

A questão que se coloca, neste ponto, é como aplicar essas noções à análise da comunicação, dos artefatos materiais e digitais e de fenômenos sociais como o Antropoceno ou o debate sobre as mudanças climáticas. O conceito-chave é o conceito de “produção de sentido” (*sense-making*), conectado ao conceito de “nichos semióticos”.

Convém, antes de tudo, esclarecer o que se entende por ‘produção de sentido’. Dissemos que devemos começar pela relação com o ambiente. De fato, uma das principais teses do enativismo é que o organismo vivo, para sobreviver, precisa construir sua autonomia interna e criar uma distinção entre si e o ambiente em que está inserido. Para existir, essa distinção exige um engajamento contínuo e precário entre o organismo e o ambiente, chamado de acoplamento estrutural (Maturana; Varela, 1980). A partir desse acoplamento estrutural entre organismo e ambiente, emerge um subconjunto das inúmeras formas de interação com o ambiente que constituem o mundo do organismo – ou seja, aqueles engajamentos que são percebidos como significativos para o organismo. Nada ocorre neste mundo que não seja significativo e em relação ao qual o organismo não se posicione (mesmo no caso particular da indiferença, que também é uma posição) (Di Paolo; Cuffare; De Jaegher, 2018, p. 48).

Em seus últimos trabalhos, Varela chamou essa relação de “produção de sentido”, identificando, desde a sua denominação, a estrutura semiótica desse processo. No entanto, há muito mais semiótica na produção de sentido do que apenas o nome.

Usando a terminologia de Hjelmslev (2020 [1943]), a produção de sentido é o processo de ‘recorte’ de um *continuum* pré-semiótico, que, a partir de “n” possíveis relações, seleciona as mais relevantes com base em um sistema de significação compreendido como um sistema de valores. É por meio das operações de produção de sentido que o mundo se torna um mundo significativo, conectado à posição do organismo no sistema. Se estamos acoplados a um ambiente, do ponto de vista da semiótica cognitiva, esse ambiente não é um ambiente “natural”, mas um ambiente semiótico repleto de objetos, normas, hábitos, instituições e artefatos que moldam nossas mentes (Malafouris, 2013).

Estamos, assim, adicionando outra peça importante à nossa semiótica cognitiva: a cognição é a produção de sentido. Uma ideia extremamente interessante para a semiótica é que a produção de sentido não é uma atividade que reside dentro do

organismo ou do sujeito. Muito pelo contrário, a produção de sentido é uma atividade que emerge do sistema.

O enativismo não nos fornece a ideia de um sujeito que categoriza a realidade, nem a de um organismo acoplado estruturalmente ao seu ambiente que adiciona seu próprio significado (ou uma série de significados) ao mundo. Pelo contrário, a produção de sentido é uma atividade de “adição por subtração”, que esculpe seu próprio subconjunto de interações relevantes dentro de um acoplamento dinâmico entre organismo e ambiente, criando valor para ambos. Em resumo, a produção de sentido é uma atividade de “adição por subtração”, que recorta um mundo de valores e significados (um “mundo ambiental”) a partir do ponto de partida de muitos outros mundos e ambientes possíveis.

Em Paolucci (2020), concebi precisamente essa “atividade de adição por subtração” como o ato de enunciação, que é o equivalente semiolinguístico do processo de produção de sentido. Assim, adicionamos outra peça: para a semiótica, a produção de sentido é a enunciação, ou seja, o ato pelo qual tentamos conectar nossas vozes pessoais às milhares de vozes impessoais que circulam em nossa cultura e em nossa comunidade.

| A enunciação como “adição por subtração”

E assim chego ao meu outro livro, *Persona* (Paolucci, 2020), que é um livro sobre enunciação, no qual propus uma teoria impessoal da enunciação, focada nos acontecimentos. A tese central do livro é que a enunciação não é um ato subjetivo cuja agência pertence ao sujeito. Pelo contrário, a enunciação humana é um ato de passagem entre diferentes modos de existência. Embora possamos sentir que somos os criadores de nossas declarações em primeira pessoa, o que realmente fazemos é montar as vozes de outras instâncias enunciativas (normas, estereótipos, usos, hábitos, enunciações anteriores etc.) e encadeá-las à nossa própria voz, criando, por meio dessa montagem, um efeito de subjetividade e enunciação pessoal.

Em vez de ser um ato de *schizie créatrice* (“desengajamento criativo”), baseado no desprendimento do “eu-aqui-agora”, a enunciação é, na verdade, uma *assemblage* de instâncias enunciativas, e a agência desse ato não pertence ao ego.

Sabe-se bem, por exemplo, que a sociedade produz discurso; alguns até dizem que o corpo produz discurso. Já não se trata de “sujeitos”, mas sim de instâncias de discurso, instâncias enunciativas... Não se pode amputar a enunciação, tradicional e erroneamente reduzida ao ego, das suas outras instâncias enunciativas (Coquet, 2016, p. 296; ver também Coquet, 2008).

Enquanto falo, estou realizando atos de enunciação, produzindo enunciados, mas nos meus enunciados não há apenas vestígios da minha fala em primeira pessoa. Também há normas que falam (as normas do discurso que aspira ao estatuto científico na semiótica, as normas de um artigo de semiótica na revista de semiótica da Unesp etc.), assim como

práticas e hábitos que falam (primeiro definir o problema, depois discutir a literatura sobre o tema etc.). As instituições também falam (a redação da revista me convidou etc.). Portanto, se a enunciação é “o próprio ato de produzir um enunciado” (Benveniste, 1971 [1966]), a agência desse ato está distribuída entre múltiplas instâncias enunciativas. No meu enunciado, há uma *assemblage* de instâncias enunciativas: normas que são atualizadas, estereótipos que são virtualizados, enunciados anteriormente proferidos que são realizados etc. Todas essas entidades coexistem no que Eco (1984) chamou de enciclopédia, e enunciar significa mudar o modo de existência dessas instâncias enunciativas.

Acredito que essa seja uma ideia-chave para a semiótica, pois permite justapor e revisar certas ideias da tradição semiolinguística. O ponto de partida da situação de *sense-making* não é a ausência de sentido (“*manque*”), um *déficit* que nos impulsiona na direção de uma série de transformações narrativas (ver Greimas, 1983; Ricoeur, 1984). Pelo contrário, há sempre um excesso de sentido, e o problema é filtrá-lo, conectar nossas vozes às outras vozes dentro da nossa enciclopédia, ao mesmo tempo em que construímos um nicho semiótico capaz de permitir um conjunto de interações produtivas.

Convém esclarecer esse ponto. “Nicho ecológico” refere-se ao ambiente ocupado por uma espécie ou população dentro de seu *habitat*, entendido não como um espaço físico, mas como o conjunto de papéis e funções que os indivíduos assumem em um ecossistema, usando, modificando e construindo os recursos do próprio *habitat*. As línguas, mas também as normas, instituições e usos dos “falantes”, são nichos semióticos especialmente complexos que podaram possibilidades e construíram ecologicamente ambientes semióticos que regulam de certa maneira (e não de outras) as interações com os sujeitos que os habitam. Dentro das diversas línguas, instituições e normas, encontramos diferentes formas de regulação das interações, que são o efeito de diferentes “adições de subtrações”.

Sense-making não “adiciona” nada ao rico acoplamento com o ambiente, mas sim “subtrai” dele, monitorando e respondendo apenas a um pequeno e relevante subconjunto de todas as influências que incidem sobre o organismo, um subconjunto a partir do qual o organismo se constitui como um *sense-maker* (Di Paolo *et al.*, 2018, p. 53).

Considere a produção artística como exemplo, um ato de *sense-making* que está distante do domínio das ciências da vida e duplamente ligado às lógicas da cultura, já que a enunciação artística frequentemente foi concebida como centrada no sujeito, em sua individualidade criativa de mundos e produtora de realidade. No entanto, para um artista, uma tela nunca está vazia; para um escritor, uma página nunca está em branco.

Tanto a tela quanto a página estão sempre excessivamente cheias do que já foi dito, do que já foi pintado, dos clichês, estereótipos, hábitos interpretativos, ou seja, de todo o conjunto de esquemas, normas, hábitos e usos que regulam as formações discursivas de

um sistema. Quando artistas como Cézanne ou Francis Bacon dizem que o problema da enunciação pictórica é evitar os clichês, eles o fazem porque a enunciação que preenche uma tela ou uma página está sempre vinculada a estereótipos, normas, hábitos e usos que definem o próprio momento em que se encontram. É precisamente na medida em que está vazia que uma tela está sempre excessivamente cheia, transbordando de coisas já ditas, precisamente em seu vazio.

Mas se isso é verdade, o que são esses estereótipos, esses clichês, essas coisas já ditas, dos/das quais uma página está tão repleta precisamente por ser branca?

| Uma arqueologia do saber enciclopédico

Em *Semiótica e Filosofia da Linguagem*, Umberto Eco (1984) utilizou o termo “Enciclopédia” para se referir ao “conjunto de tudo o que já foi dito”, a “biblioteca de todas as bibliotecas”, o “conjunto registrado de todas as interpretações”. Para Eco, a Enciclopédia é um mundo semiótico ambiental que representa o pano de fundo da nossa percepção do mundo e das nossas atividades de *sense-making*. De fato, cada atividade de *sense-making* gera significados a partir desse pano de fundo virtual do já dito, que traça e registra todos os enunciados já enunciados. Como tal, a Enciclopédia pertence à dimensão hjelmsleviana do uso, ou seja, à dimensão semiótica na qual cada ato individual pulsa em sua relação com outros atos individuais. Ao mesmo tempo, uma enciclopédia é simultaneamente um conjunto de esquemas e normas (virtuais), que representam a condição de possibilidade para a produção de novos enunciados.

De fato, cada cultura mantém uma memória de seus vários usos linguísticos e não linguísticos, regulando-os de acordo com apreciações coletivas e, assim, estabelecendo esquemas relacionais que reduzem as possibilidades do sistema.

Eu argumentaria que podemos falar da Enciclopédia como um “efeito *a priori*”. A Enciclopédia é um “efeito” na medida em que é o produto de todos os atos de enunciação que registra. É, *a priori*, material e historicamente, na medida em que representa localmente a condição de possibilidade para novos atos de enunciação. Uma Enciclopédia é simultaneamente estruturada por enunciações passadas e estruturante de enunciações futuras. Assim, não é precisamente a Enciclopédia que preenche as páginas de um escritor antes de sua enunciação e obriga o artista a remover, adicionando subtrações? Não é a Enciclopédia esse conjunto de esquemas, normas e usos com os quais a tela vazia de um artista está tão repleta em seu vazio?

Quando Francis Bacon (1993) argumenta que é necessário um trabalho preparatório antes de pintar para se libertar dos clichês e que uma pintura deve sempre passar por uma série de atos involuntários, como “jogar cor na tela”, “fazer marcas que não significam nada”, “esfregar uma parte aleatoriamente” etc., ele quer dizer que um pintor nunca está preenchendo uma superfície vazia, mas sim esvaziando, limpando e removendo da tela todos aqueles estereótipos enciclopédicos com os quais ela já está repleta. Por essa

razão, a pintura já está lá, na virtualidade enciclopédica das culturas, e o artista deve removê-la, adicionando subtrações, exatamente como Michelangelo disse que fazia com seus blocos de mármore.

Quando passamos da linguística para a semiótica, abandonando a distinção de Saussure entre *langue* e *parole*, todo ato de enunciação que nos faz transitar da enciclopédia para o enunciado é uma adição de subtrações que atualiza um virtual enciclopédico com seus estereótipos, seus clichês e seu transbordante “já dito”. E isso ocorre mesmo quando o ato busca, com força, desviar-se desse conjunto de esquemas, normas, molduras, usos e enunciados já enunciados, potencializando-os e virtualizando-os.

Uma enunciação é sempre uma singularidade quando comparada aos esquemas, normas, usos e enunciados que a tornam possível. No entanto, os eventos enunciativos não nascem isoladamente. Muito pelo contrário, eles emergem em oposição a outros eventos igualmente possíveis que poderiam ter surgido dentro daquele sistema. Cada ato de enunciação efetivamente nega e contradiz outros que teriam sido igualmente possíveis. É a própria existência do enunciado que nega e contradiz outros enunciados. Por essa razão, em sua *Arqueologia do Saber*, na qual formula uma importante teoria da enunciação impessoal, Michel Foucault tratou simultaneamente da “regularidade dos enunciados” – sua dependência de um sistema regular de esquemas, normas e usos – e de sua “raridade”, ou seja,

[...] o fato de que nem tudo é dito [...] Por mais numerosos que sejam, os enunciados estão sempre em *déficit* [...] Estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros (Foucault, 2008 [1969], p. 135).

Para uma semiótica cognitiva, regularidade e raridade representam os dois princípios fundamentais de uma agência semiótica capaz de construir nichos semióticos. Regulados objetivamente e regulares, sem serem o produto da obediência a um sistema de regras por parte de um sujeito, os enunciados são, ao mesmo tempo, raros, pois sua presença exclui a presença contemporânea de outros enunciados que teriam sido igualmente possíveis com base nas regularidades do sistema. Essa adição de subtrações, que nos faz transitar da Enciclopédia para o enunciado por meio de esquemas, normas e usos, constitui a agência semiótica vinculada ao ato de enunciação. Ela arranca o *sense-making* e o ato de enunciação da propriedade de uma instância subjetiva e os entrega a um acoplamento estrutural entre o organismo e o ambiente semiótico da Enciclopédia, no qual um gera o outro e vice-versa (ver Maturana; Varela, 1980; Di Paolo; Cuffare; De Jaegher, 2018).

| Conclusão

Isso abre caminho para a *Teoria do Engajamento Material*, que explora a agência não como uma propriedade humana, mas como o produto emergente de uma atividade

situada. De fato, a agência do ato semiótico de *sense-making* não pertence ao sujeito humano, mas a uma multiplicidade de instâncias enunciativas que atualizam e trazem à tona um mundo de significados e hábitos, estendendo a cognição no acoplamento estrutural com um ambiente semiótico que molda nossas mentes.

Em síntese, defende-se aqui uma *Virada Material* no âmbito da semiótica:

1. A semiótica cognitiva compreende a cognição como uma atividade hábil e “enativa” que envolve a interação contínua com o mundo externo, mas esse ambiente não é um mundo “natural”, e sim um ambiente semiótico repleto de objetos, normas, hábitos, instituições e artefatos que moldam nossas mentes.
2. Como a cognição traz à tona um mundo por meio do significado, e o significado são hábitos, a cognição é uma atividade de *sense-making* que, através da enunciação, recorta um ambiente semiótico para agir no mundo de maneira eficaz. O resultado desse recorte é o que chamo de “nicho semiótico”.
3. A agência desse ato de enunciação (*sense-making*) não pertence ao sujeito, mas é distribuída entre diversas instâncias enunciativas (normas, usos, clichês, estereótipos, instituições, normas, enunciados já enunciados etc.).
4. O sujeito conecta sua própria voz a esse milhão de vozes que circulam na enciclopédia.

O leitor verá, na contribuição de Tassinari, nesse mesmo número, como isso se relaciona com o Antropoceno e as controvérsias ecológicas. Não é por acaso que o projeto que impulsionou essa publicação chama-se *Vozes do Antropoceno*.

| Referências

PAOLUCCI, C. *Persona. Semiotica dell'enunciazione e soggettività nel linguaggio*. Milão: Bompiani, 2020.

PAOLUCCI, C. *Cognitive Semiotics. Integrating Signs, Mind, Meaning and Cognition*. Cham: Springer, 2021a.

PAOLUCCI, C. L'énonciation comme addition de soustractions : niches sémiotiques, instances énonçantes et *sense-making*. *Actes Sémiotiques*, n 125. 2021b. Disponível em <https://doi.org/10.25965/as.7159>. Acesso em: 16 out. 2025.

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

CLARK, A. *Supersizing the mind*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CLARK, A. Coupling, constitution, and the cognitive kind: A reply to Adams and Aizawa. In: MENARY, R. (org.). *The extended mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2010. p. 27-42.

COQUET, J.-C. *Physis et Logos. Une phénoménologie du langage*. Paris: Presses Universitaires de Vincennes, 2007.

COQUET, J.-C. L'énonciation, fondement de la phénoménologie du langage. In: COLAS-BLAISE, M.; PERRIN, L.; TORE, G. M. (org.). *L'énonciation aujourd'hui. Un concept clé de sciences du langage*. Limoges: Lambert-Lucas, 2016. p. 295-302

DI PAOLO, A. E.; CUFFARE E. C.; DE JAEGHER, H. *Linguistic Bodies. The Continuity between Life and Language*. Cambridge: MIT Press, 2018.

ECO, U. *Trattato di semiotica generale*. Milan: Bompiani, 1975.

ECO, U. *Semiotica e filosofia del linguaggio*. Turim: Einaudi, 1984.

ECO, U. *Kant e l'ornitorinco*. Milão: Bompiani, 1997.

ECO, U. *Sulla letteratura*. Milão: Bompiani, 2000.

EL-HANI, C. N.; QUEIROZ, J.; STJERNFELT, F. Firefly Femmes Fatales: A case study in the semiotics of deception. *Biosemitics*, v. 3, p. 33-55, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12304-009-9048-2>.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008; *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

GREIMAS, A. J. *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.

HJELMSLEV, L. T. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Sao Paulo: Perspectiva, 2020 [1943]. *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse*. Copenhagen: Akademisk forlag.

LATOUR, B. Piccola filosofia dell'enunciazione. In: BASSO, P.; CORRAIN, L. *Eloquio del senso. Dialoghi semiotici per Paolo Fabbri*. Ancona-Milano: Costa & Nolan, 2001. p. 71-94; agora In: PAOLO, F.; GIANFRANCO, M. (org.). *Semiotica in nuce II*. Roma: Meltemi, 2001. p. 64-77.

LATOUR, B. *Reassembling the social. An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MALAFOURIS, L. *How things shape the mind. A theory of material engagement*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

MATURANA, H.; VARELA, F. *Autopoiesis and cognition. The realization of the living*. London: Routledge, 1980.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, vol. I–VI, org. por Hartshorne, C.; Weiss, P., 1931-1935, vol. VII-VIII. MA: Harvard University Press, 1958.

RICOEUR, P. *Temps et récit II. La configuration dans le récit de fiction*. Paris: Editions de Seuil, 1984.

SONESSON, G. *No more faith in fakes: A natural history of counterfeiting*. Versus – Quaderni di Studi Semiotici, v. 127, n. 2, p. 259-274, 2018.

Como citar este trabalho:

PAOLUCCI, Claudio. Como se reconhece a semiótica cognitiva? Uma virada material entre enunciação, nichos semióticos e vozes do antropoceno. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 15-27, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v18i2.20614>.